

# Pão e circo ou *Pan* com migalhas de pão?

Fabrício Luís Duarte\*  
Edilson José Gracioli\*\*

## **Resumo:**

Este artigo, pautado em uma pesquisa documental, bem como em uma revisão da literatura, tem por escopo discutir o estratagema do “legado social” no caso dos Jogos Pan-Americanos Rio 2007. Evidencia-se, na presente inteligência, que nesse megaevento poliesportivo o olimpismo é açambarcado pelo ideário neoliberal de sociedade, pois visa fomentar a cultura do voluntariado. Ao promover o trabalho voluntário, modalidade extremamente precarizada de trabalho que não caracteriza qualquer vínculo empregatício e dispensa pagamento de salário, a filosofia do olimpismo deve ser entendida como um instrumento de dominação de classe, visto que o capital apodera-se de parte do valor criado pela força de trabalho.

**Palavras-chave:** Jogos Pan-Americanos Rio 2007. Voluntariado. Olimpismo. Neoliberalismo.

## Bread and circus or *Pan* with bread crumbs?

## **Abstract:**

This article, which is based on archival research as well as a review of the literature, discusses the “social legacy” strategy in the case of the Pan-American Games in Rio in 2007. It is evident that in this multi-sport megaevent olympianism was taken over by the neoliberal ideal of society, since the event attempted to foment a volunteer culture. The philosophy of olympianism, in promoting volunteer work, a modality that takes precarious employment to an extreme by avoiding any employment tie or the payment of a salary, should be understood as an instrument of class domination, since capital is appropriating part of the value created by the labor force.

**Keywords:** Pan-American Games-Rio 2007. Volunteerism. Olympianism. Neoliberalism.

## Introdução

Fundamentado em uma pesquisa documental e em uma revisão bibliográfica, este trabalho visa a entender a cultura (agora olímpica) do voluntariado no caso dos Jogos Pan-Americanos Rio 2007. Corrobora-se, na presente inteligência, que o olimpismo foi açambarcado pelo neoliberalismo, porquanto visa fomentar o voluntariado: mais de vinte mil trabalhadores voluntários foram utilizados na execução desse megaevento. A filosofia do olimpismo consiste em um instrumento

---

\*Mestre em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Uberlândia. End. eletrônico: fabricioduartesocio@gmail.com

\*\*Professor da Universidade Federal de Uberlândia. End. eletrônico: egracioli@fafcs.ufu.br

de dominação de classe, já que por trás do véu da “doação”, da “filantropia”, da “caridade”, da “solidariedade”, do “amor ao esporte”, do “crescimento profissional” e do “legado social”, esconde-se uma forma extremamente precarizada de trabalho, em que não há caracterização de qualquer vínculo empregatício, e na qual se dispensa o pagamento de salário. Por eximir o capital e o Estado de gastos com força de trabalho, o voluntariado é um mecanismo de apropriação privada de uma parcela de toda a riqueza produzida pelo trabalho, uma modalidade de superexploração na qual o capital apodera-se de um *quantum* de valor criado pela força de trabalho.

### **Voluntário acorrentado**

O poder para planejar e realizar os Jogos Pan-Americanos Rio 2007 foi delegado ao Comitê Organizador Rio 2007, o CO-RIO. O Comitê Organizador Rio 2007 foi constituído como uma “entidade civil”, “sem fins lucrativos”, no formato de uma Sociedade de Propósito Específico (SPE). Com prazo determinado de funcionamento, o CO-RIO deteve os poderes para estabelecer os convênios entre as “esferas” governamentais e as “entidades” privadas. Na divisão das atribuições, coube aos poderes “públicos” a responsabilidade de executar todos os investimentos necessários à realização desse megaevento; de seu lado, o Comitê Organizador Rio 2007 ficou encarregado do fornecimento das especificações técnicas para realização das obras e contratação dos serviços.

O Comitê Organizador Rio 2007, em conjunto com o Comitê Olímpico Brasileiro e o Comitê Olímpico Internacional, são “instituições” categorizadas imprecisa e vulgarmente como “terceiro setor”, como “entidades civis” ou organizações da “sociedade civil”. Na acepção vulgar do conceito, o chamado “terceiro setor” diz respeito às organizações e/ou ações da “sociedade civil” privadas, isto é, apartadas do Estado e separadas do mercado. De acordo com Montaña (2002: 182):

Tudo indica que o “terceiro setor” refere-se, em contraposição ao “primeiro” (Estado), e o “segundo” (mercado), de acordo com os autores, à *sociedade civil*. Para além do seccionamento do real, todos parecem coincidir nisto, apenas discordando quanto ao conceito de “sociedade civil” que empregam. O “terceiro setor” seria, para seus autores, o conjunto de organizações mais ou menos formais da “sociedade civil”.

Levando-se em consideração o referencial crítico da totalidade social, o conceito de “terceiro setor” é inadequado à intelecção do real, à reprodução do concreto o pelo pensamento, já que a realidade não é fracionada em “setores”. Se a realidade é dialógica, as categorias, como abstrações razoáveis da realidade,

só se tornam categorias quando articuladas. No materialismo *histórico-dialético*, o processo do pensamento não tem vida própria, não é um sujeito autônomo criador do real, e as representações não são volatilizadas em determinações fetichizadas. Estando determinadas tanto na mentalidade como na realidade, as categorias marcham, exprimem formas de vida, existências concretas, visam a apreender o fluxo dialético das formações sociais.

Essa fragmentação do social em primeiro, segundo e terceiro “setores” advém de artifícios positivistas, liberais, institucionalistas e estruturalistas. De encontro a essas concepções, a categoria da totalidade social apreende a realidade como um todo orgânico, em que não se entende um elemento, uma dimensão, um aspecto da realidade, sem compreender a sua relação com o conjunto. À luz do pensamento de Montañó (2002: 184), o que os autores denominam “terceiro setor” “nem é terceiro, nem é setor – numa segmentação do social entre Estado, mercado e sociedade civil autônomos – nem refere às organizações desse setor – ONGs, instituições, fundações e outros”.

O mais das vezes, essas organizações da “sociedade civil”, ou do “terceiro setor”, não têm condições de autofinanciamento e, por conseguinte, a transferência de recursos “públicos” torna-se crucial ao funcionamento dessas “instituições”. A transferência de fundos “públicos”, que ocorre entre o Estado e a “sociedade civil”, é chamada ideologicamente de “parceria”, “com o Estado supostamente contribuindo, financeira e legalmente, para propiciar a participação da sociedade civil” (Montañó, 2002: 199).

Essa “parceria” existente entre o poder público e as organizações esportivas da “sociedade civil”, ou seja, entre o Estado e o “terceiro setor”, forma na realidade efetiva “um grande *lobby* econômico internacional, um verdadeiro governo internacional do esporte, que usa (e abusa) do poder (e do dinheiro) público”, que, por sua vez, oferece como retorno um “produto simbólico que é o prestígio/reconhecimento internacional com repercussões internas de caráter legitimador e, secundariamente, um retorno econômico” (Bracht, 2005: 86-87).

Sem pretender esgotar o assunto, vale apenas ressaltar, introdutoriamente, que a delegação dos poderes de planejamento e execução dos Jogos Pan-Americanos Rio 2007 ao “terceiro setor”, no caso, ao Comitê Organizador Rio 2007, ocorreu em consonância com os objetivos da Reforma (Gerencial) do Estado, promovida pelo ex-ministro Bresser-Pereira, à época do governo Fernando Henrique Cardoso. Essa reforma necessita ser compreendida como um projeto de reestruturação social, atrelado à reestruturação do capital nas últimas décadas, e pautado nos princípios do neoliberalismo.

Após a Reforma (Gerencial) do Estado, funções e responsabilidades antes de competência (em geral) do Estado são transferidas para as organizações do

chamado “terceiro setor”: isto é, organizações da “sociedade civil” e empresariais. Os defensores da Reforma do Estado tratam frequentemente de reafirmar que a instituição estatal é burocrática, ineficiente, corrupta, rígida e em crise fiscal; em contrapartida, teríamos as organizações do “terceiro setor”, teoricamente mais dinâmicas, democráticas, “populares” e flexíveis (Montaño, 2002).

Nos Jogos Pan-Americanos Rio 2007 foram gastos mais de 3,5 milhões de reais de recursos “públicos”, provindos dos governos federal, estadual e municipal. Configurando “saltos públicos” sem barreiras, nova modalidade olímpica, o orçamento inicial do Pan Rio 2007, de 390 milhões de reais, desmanchou-se de modo avassalador no ar, sendo extrapolado em aproximadamente dez vezes: os gastos foram multiplicados principalmente às vésperas do início desse megaevento, do começo das competições. Ademais, segundo editorial da revista *Motrivivência* (2006), o CO-RIO assumiu a forma de “uma empresa privada criada pelo COB para gerenciar os Jogos Pan-Americanos”: o Comitê Olímpico Brasileiro levou “os louros” dos Jogos Pan-Americanos Rio 2007, “especialmente” Carlos Arthur Nuzman, o presidente do COB e do CO-RIO, em conjunto com “seus familiares e amigos, cujas empresas viraram prestadoras de vários serviços” ao Comitê Organizador Rio 2007 “sem qualquer concorrência”. Essa avalanche de gastos “públicos”, somada às ações do Comitê Olímpico Brasileiro e do Comitê Organizador Rio 2007, que deixam claro quão tênue é a divisão entre interesses públicos e privados, são evidências que colocam em dúvida a “eficácia” desses organismos da “sociedade civil” e o caráter democrático do “terceiro setor”.

Nesse sentido, o fomento à cultura do voluntariado é mais um elemento que auxilia na desmistificação da democraticidade do “terceiro setor”, o que é clarificado a seguir.

Entre os vários objetivos (ou “missões”, nas palavras dos intelectuais orgânicos do olimpismo e do voluntariado) que foram definidos pelo Comitê Olímpico Brasileiro e pelo Comitê Organizador Rio 2007 para a realização dos Jogos Pan-Americanos na cidade do Rio de Janeiro, em 2007, um deles concerne à difusão dos ideais e dos valores fundamentais do olimpismo, do “espírito olímpico”, de sua ética e de sua filosofia, o que é parte integrante do Movimento Olímpico em toda a sua globalidade.

Sob a autoridade suprema do COI, o Movimento Olímpico envolve organizações, atletas e indivíduos “guiados” pela Carta Olímpica. Abarcando todo o mundo, e tendo como símbolo os cinco aros entrelaçados, cada um deles simbolizando um continente, o olimpismo tem como objetivo aparente contribuir para a construção de um mundo melhor e mais pacífico. É na Carta Olímpica elaborada pelo Comitê Olímpico Internacional que estão contidos os princípios fundamentais do olimpismo, bem como as regras aparentes de organização e de funcionamento do Movimento Olímpico:

1) O olimpismo é uma filosofia de vida que exalta e combina num conjunto equilibrado as qualidades do corpo, da vontade e da mente. Misturando esporte com educação, o olimpismo procura criar um modo de vida baseado na alegria do esforço, no valor educacional do bom exemplo, assim como no respeito a princípios éticos fundamentais e universais. 2) O objetivo do olimpismo é colocar o esporte a serviço do desenvolvimento harmonioso do homem, com vistas a promover uma sociedade pacífica preocupada com a preservação da dignidade humana. 3) O Movimento Olímpico é a ação permanente, universal, organizada e consertada que se realiza sob a autoridade suprema do COI e de todos os indivíduos e entidades que são inspirados pelos valores do olimpismo. Ele cobre os cinco continentes e atinge seu pico com a reunião de atletas do mundo no grande festival dos Jogos Olímpicos. Seu símbolo são os cinco anéis entrelaçados. 4) A prática do esporte é um direito humano. Cada indivíduo deve ter a possibilidade de praticar esporte, sem discriminação de qualquer natureza, nos moldes do espírito olímpico, que exige compreensão mútua com espírito de amizade, solidariedade e *fair play*. 5) Reconhecendo que o esporte ocorre no âmbito da sociedade, as organizações esportivas no Movimento Olímpico têm direitos e obrigações de autonomia, que incluem estabelecer e controlar livremente as regras do esporte, a determinação da estrutura e a governança de suas organizações, gozando do direito de eleições livres de qualquer influência externa e da responsabilidade de assegurar para que os princípios da boa governança sejam aplicados. 6) Qualquer forma de discriminação em relação a um país ou pessoa, por motivos de raça, religião, política, sexo ou quaisquer outras, é incompatível com a pertença ao Movimento Olímpico. 7) A pertença ao Movimento Olímpico exige o cumprimento da Carta Olímpica e o reconhecimento pelo COI.<sup>1</sup>

Segundo o Comitê Olímpico Brasileiro (2010), o olimpismo é uma filosofia de vida que defende a formação de uma “consciência pacifista, democrática, humanitária, cultural e ecológica por meio da prática esportiva”. Na realidade aparente, o olimpismo, apregoadado mundialmente pelo Movimento Olímpico, consiste em um instrumento para o desenvolvimento harmonioso do homem, para promover uma sociedade pacífica de acordo com a preservação da dignidade humana. O olimpismo é um conjunto de ideias e de valores que visam a propagar a harmonia e a paz entre os “povos”, tornando possível a união de “pessoas de diferentes culturas, raças e classes em torno de um objetivo comum” (idem).

Se o olimpismo visa à união de classes sociais distintas, com antagonismos essenciais, em torno de um objetivo comum, harmonizando e pacificando seus conflitos através de um programa educativo-formativo, logo sua filosofia é avessa

---

<sup>1</sup>Tradução pessoal da Olympic Charter, elaborada pelo Comitê Olímpico Internacional (2011).

a um projeto de transformação radical (no sentido de que procura ir à raiz dos problemas) e estrutural mais amplo, que vislumbre colocar fim às relações de produção capitalistas. A filosofia do olimpismo, com seu caráter conservador, porquanto tem como propósito a produção do consenso, a legitimação do *status quo*, é uma cultura que procura criar a passividade e o conformismo, incidindo sobre as consciências particulares dos indivíduos, conformistas de algum conformismo.

No presente, é improvável encontrar algum evento internacional de caráter olímpico que não utilize trabalho voluntário, inserido no “âmbito” do que se entende vulgarmente como “terceiro setor” (“esfera” que abrange também a autoajuda, em que o esporte exerce um papel propagandístico fundamental). O Comitê Olímpico Internacional, pautado em uma política que busca “resgatar” os ideais e valores olímpicos, “credita ao voluntarismo a idealização dos principais valores do olimpismo, encontrando no voluntário o agente de transmissão desta filosofia” (Tadini, 2006: 29). Assim sendo, a filosofia do olimpismo foi açambarcada pelo neoliberalismo, vestindo o véu do chamado “terceiro setor”, o que se expressa no fomento à cultura do voluntariado. Apesar de Tadini mencionar que a difusão dos ideais olímpicos entre os voluntários, alicerce do projeto de Educação Olímpica, foi deixada de lado no momento das palestras dos Jogos Pan-Americanos Rio 2007 (contrariando inclusive as discussões internacionais acerca da capacitação de voluntários em eventos esportivos), tais princípios estão presentes em um dos manuais direcionados à formação dos voluntários, investigado à frente.

Para o Comitê Olímpico Brasileiro e o Comitê Organizador Rio 2007 nada mais “natural” (segundo as próprias palavras dessas autointituladas “entidades civis”) que os ideais e os valores do olimpismo apregoados pela Carta Olímpica serem disseminados em primeiro lugar entre os integrantes da “Força Rio 2007”, os chamados “operários” dos Jogos Pan-Americanos Rio 2007. A “Força de Trabalho dos Jogos Rio 2007” criada pelo Comitê Organizador Rio 2007 constituiu uma peça chave para a realização do Pan Rio 2007. Tal “Força” compunha-se de dois grandes grupos que, segundo os ideólogos, formavam um verdadeiro “time”: 1500 “funcionários” do CO-RIO e 20 mil “colaboradores” (selecionados entre os cerca de 80 mil voluntários cadastrados), as “formiguinhas”, a “Força-motriz do Rio 2007”. Segundo relatório elaborado pelo COB:

Mais de 20 mil pessoas doaram tempo, talento e trabalho para fazer acontecer os Jogos. Sem este contingente de pessoal, o evento seria inviável. Os voluntários foram a chave para a organização do Rio 2007, impregnando cada espaço do evento com uma energia diferenciada (...). O CO-RIO jamais cansará de agradecer por tanta gente ter atendido ao chamado e, por amor ao esporte, ao Rio e ao

Brasil, ter doado tempo e talento a uma causa maior. Agradecer à generosidade e grandeza de cada um dele  
(Relatório Oficial dos XV Jogos Pan-americanos e III Jogos Parapan-americanos Rio 2007, publicado pelo COB, p. 243).

Em casos específicos, foram utilizados voluntários especializados:

Especialistas em idiomas serão designados para várias instalações, a fim de facilitar a comunicação entre os diferentes públicos, em virtude de o Brasil ser o único país, dentre todos os participantes, a falar português. Esses serviços poderão ter uma grande demanda e, durante o treinamento específico na instalação, trataremos dos procedimentos para solicitar um tradutor. É possível que, na própria Equipe de Voluntários, aqueles com habilitação em idiomas estrangeiros sejam utilizados nessa função, devendo portar algum tipo de identificação no uniforme. Esteja consciente da existência desse serviço e da maneira correta de usá-lo (Manual de treinamento, p. 50).

Em relação ao processo educativo-formativo dos trabalhadores voluntários do Pan Rio 2007, esta pesquisa teve acesso ao Manual de Treinamento Geral da Fase 1. Com esse material, é possível evidenciar as imbricações existentes entre os ideais olímpicos e a cultura do voluntariado, entre o olimpismo e o projeto neoliberal de mundo. O documento integrou uma etapa preparatória, que tinha o intuito de fornecer informações para que o voluntário iniciasse sua familiarização com a história dos Jogos Pan-Americanos, e entendesse as instituições envolvidas com esse evento, bem como as atividades dos bastidores.

A fim de evidenciar como o Comitê Organizador Rio 2007 procura difundir os ideais e os valores olímpicos entre os trabalhadores voluntários, e de tornar claro como ocorre a imbricação entre olimpismo e neoliberalismo, o presente trabalho traz à observação alguns excertos selecionados desse material. Essa parte do treinamento sugere inúmeros modos de pensar e agir aos voluntários, tais como os que estão expostos a seguir:

Seja amigoso, auxilie e sorria sempre. Cada instante do seu serviço será valorizado e mais útil por uma atitude cordial. Mesmo em contatos rápidos e passageiros você pode sorrir e criar uma impressão positiva seja recebendo um ingresso, orientando o tráfego, auxiliando um espectador a encontrar um ônibus ou até fazendo uma entrega de um documento. Suas palavras são apenas parte da mensagem. Tenha certeza que o seu tom de voz seja agradável e amigoso e não apressado ou aborrecido (...). Aja como um hospedeiro amável e dê boas-vindas ao mundo. A oportunidade que temos, durante os Jogos, para demonstrar o espírito cordial e hospitaleiro do povo brasileiro não pode ser desperdiçada. Assim como tratamos as pessoas que se hospedam em nossas casas, devemos, em relação aos partici-

pantes dos Jogos: • Cuidar deles; • Criar um ambiente agradável; • Tratá-los com bondade; • Respeitar suas experiências; • Apreciar a sua companhia. (Idem: 71).

O trabalhador voluntário (um “tipo” histórico de conformismo, em que há ao menos um mínimo de consenso, razão pela qual o voluntariado é uma relação de hegemonia), conforme indica o Manual de Treinamento da Fase 1, deveria proceder como “um amável anfitrião de convidados de todo o mundo”; apoiar “da mesma maneira todas as pessoas que solicitarem ajuda”; aplaudir e encorajar todos os competidores, não somente os do país-sede; respeitar bandeiras, hinos e demonstrações de patriotismo de “todas as nações”; e, ser “um exemplo vivo do Espírito Panamericano e Parapanamericano” (Idem: 62). Desse modo, corrobora-se a olhos vistos o olimpismo sendo eclipsado pelo neoliberalismo.

A educação do “homem-massa” voluntário conforme o “espírito olímpico” engloba e fomenta, dentre várias ideologias presentes no Manual, a hospitalidade, o respeito e a cordialidade, caso tenha implicado em ações práticas, e atua no sentido de recriar a imagem da cidade do Rio de Janeiro, que se encontra em constante disputa. As representações positivas, marcadas por esses atributos, são interessantes à cidade, por exemplo, no fomento ao turismo, pois a metrópole é uma grande marca, um espaço de atração de capitais. Não se deve perder de vista que as representações do mundo social construídas são sempre determinadas pelos interesses dos grupos que as forjam:

As percepções do social não são de forma alguma discursos neutros: produzem estratégias e práticas (sociais, escolares, políticas) que tendem a impor uma autoridade à custa de outros, por ela menosprezados, a legitimar um projeto reformador ou a justificar, para os próprios indivíduos, as suas escolhas e condutas (Chartier, 1990: 17).

A difusão da cultura do voluntariado levada a cabo pelo Comitê Olímpico Brasileiro e pelo Comitê Organizador Rio 2007 é construída sob a égide ideológica do “legado social” (um conceito-fetice muito utilizado pelos ideólogos dos megaeventos esportivos), da “doação”, da “filantropia”, da “solidariedade”, da “criação de novos postos de trabalho”, da “capacitação de uma mão-de-obra qualificada em diferentes áreas”, ou seja, do “crescimento profissional” (que pode ter lastro, isto é, uma eficácia causal), “gerando benefícios imediatos e futuros, tanto para o esporte quanto para a sociedade”<sup>2</sup>.

---

<sup>2</sup>Relatório Oficial dos XV Jogos Pan-americanos e III Jogos Parapan-americanos Rio 2007, publicado pelo COB, p. 242.

No vocabulário (e a linguagem não é um terreno neutro, mas de disputa política) dos intelectuais orgânicos do voluntariado, no caso do Pan Rio 2007 e de outros megaeventos esportivos, estão presentes frequentemente metáforas organicistas, que remetem ao positivismo. Em tal caso, os megaeventos esportivos aparecem como um “corpo humano”, com as inúmeras partes integradas atuando em um conjunto orgânico para assegurar a vida do espetáculo. Nesse “sistema”, os voluntários constituem peças-chave para assegurar a “saúde” do espetáculo, e são considerados o “coração” de qualquer megaevento esportivo — e o coração é um símbolo que faz parte inclusive da logomarca da “Força de Trabalho dos Jogos Rio 2007”.

Os programas de voluntariado dos megaeventos esportivos são erguidos sob o sofisma da carência de recursos financeiros. Em outras palavras, para os ideólogos do voluntariado, sem o auxílio, a doação, a caridade e a solidariedade de voluntários, a realização dos espetáculos seria inviável economicamente. Conforme dito anteriormente, deve-se considerar que na execução dos Jogos Pan-Americanos Rio 2007 foram gastos mais de 3,5 bilhões de reais de recursos do Estado, o que comprova a falácia desse estratagema.

Ao contrário do que acusam os ideólogos neoliberais, para quem as políticas sociais universais e não contratualistas, que constituem o direito de cidadania, esvaziam os fundos públicos (gastos de forma insatisfatória, em atividades burocratizadas e sem retorno), são os próprios organizadores do Pan Rio 2007, ligados ao “terceiro setor”, os responsáveis pelo esvaziamento dos fundos “públicos” — visto no orçamento extrapolado em quase dez vezes.

Ciente de que o modo de produção da vida material, a “estrutura” econômica capitalista, condiciona toda a vida social, política, cultural e intelectual, ou seja, toda a “superestrutura”, logo, compreender a filosofia do olimpismo, como *locus* de constituição da subjetividade humana (que se encontra em *continuum* devir), passa irrevogavelmente pelo entendimento de que as ideologias não são inatas, isto é, elas não “nascem” de modo espontâneo no cérebro de cada indivíduo, não são imutáveis, metafísicas ou ahistóricas. As visões sociais de mundo que conduzem as ações humanas (e a inação é uma prática) são historicamente determinadas, e têm seus centros de elaboração e difusão. As ideias da classe dominante são, em cada época, as ideias dominantes, porque, consoante Marx (2011: 47), “a classe que é a força material dominante da sociedade é, ao mesmo tempo, sua força *espiritual* dominante”: os indivíduos que compõem a classe dominante dominam uma época histórica “em toda a sua extensão, portanto (...) eles dominam também como pensadores, como produtores de ideias, que regulam a produção e a distribuição das ideias de seu tempo”, o que não deve ser entendido de forma mecanicista e reducionista. As concepções sociais de mundo não são imutáveis

ou ahistóricas porque mesmo as categorias mais genéricas, mesmo as categorias mais abstratas, têm algum grau de historicidade.

As instituições, as estruturas, as leis, as formações culturais e as concepções sociais de mundo, tal como o olimpismo, devem ser consideradas, antes de tudo, como produtos históricos. Para se observar a conexão entre a produção material e a produção intelectual, ou seja, entre a “estrutura” e a “superestrutura”, é necessário apreender a “estrutura” não como categoria geral, mas em sua forma histórica definida: “Se não se concebe a própria produção material na forma *histórica específica*, é impossível entender o que é característico na produção intelectual correspondente e a interação entre ambas” (Marx, 1980: 267). Reservadas as particularidades, a aparência e a essência têm, portanto, o mesmo estatuto “ontológico”, ou seja, ambas portam eficácia causal. Existem, portanto, influências recíprocas entre “estrutura” e “superestrutura”.

Para o Barão de Coubertin, os Jogos Olímpicos da modernidade seriam responsáveis pela transformação e recuperação da sociedade europeia, trazendo de volta os valores tradicionais que o capitalismo suplantou em seu movimento de expansão. Coubertin compreendia o esporte como um meio eficaz de educação: essa cultura deveria ser utilizada como instrumento para promover a comunicação, a compreensão mútua e a pacificação entre os povos. No entanto, cabe alertar, neste momento, contra as concepções “essencialistas” de cultura: a chamada “cultura olímpica” não é metafísica, ahistórica ou imutável, assim como não existe um “espírito olímpico” transcendente. O olimpismo de outrora não é o mesmo da atualidade, não há preservação nem permanência intacta dos princípios e objetivos originais de Coubertin na contemporaneidade.

O olimpismo não está suspenso no ar, pois se sujeita às pressões externas, que não são suas, inclusive econômicas. Em consequência, essa ideologia sofre constantes mutações, interferências, incorporações e alterações de sentido. Não é razoável entender a ideologia do olimpismo sem reportá-la ao momento histórico pesquisado, desvinculando-a de aspectos socioeconômicos atuais e da luta de classes no período neoliberal. O olimpismo não se dissipa e não opera num vazio social, não escapa aos condicionantes sociais, não se move no espaço e no tempo de forma independente do movimento histórico concreto. Mesmo sem reconstruir todo o movimento do olimpismo (que, como qualquer outra visão social de mundo, também “circula” socialmente) desde o seu nascimento, quando se capta os sentidos dessa ideologia (que fomenta a cultura do voluntariado na atualidade e, por conseguinte, a retirada de direitos) no Pan Rio 2016, apreende-se que o Movimento Olímpico foi cingido pelo projeto neoliberal de sociedade. Se os trabalhadores voluntários internalizam ou não essas ideologias, e em que medida isso acontece, isso deve ser objeto para as futuras investigações.

O “espírito olímpico” não é uma simples ilusão, algo arbitrário, ou meramente uma falsa consciência, uma concepção equivocada e errônea da realidade, uma simples inversão da realidade, expressões que têm um sentido pejorativo e negativo, abrangendo uma consciência deformada, incapaz de apreender a realidade efetiva. Mais do que isso, é importante compreender a ideologia do olimpismo e o Movimento Olímpico mormente como um terreno “sólido” no qual os homens movimentam-se, como um sustentáculo que autoriza a ação dos indivíduos, isto é, num sentido “positivo”, como visão ou concepção social de mundo que é também prática no mundo, numa contínua e recíproca relação objetivo-subjetiva. A ideologia é um fato histórico real e, por isso, necessita ser combatida, de modo que, em razão da luta política, revele seu caráter de instrumento de dominação.

No caso dos Jogos Pan-Americanos Rio 2007, é importante clarificar que os trabalhadores voluntários oriundos de outras cidades, além do Rio de Janeiro, foram responsáveis por suas passagens até o Rio, assim como pela própria hospedagem. Em conjunto com os voluntários residentes na cidade-sede, receberam apenas transporte para trabalhar, alimentação durante o período em que estiveram trabalhando, somados ao uniforme e ao certificado de participação. Neste momento, a expressão latina *panis et circenses* (pão e circo) torna-se bastante ultrapassada: adequando-a ao contexto da hegemonia neoliberal, mais correto é falar em circo com migalhas de pão. Essa concepção de circo utilizada procura ressaltar a dialogicidade presente em qualquer forma de dominação, que é sempre relacional. Logo, não se refere àquela concepção de circo ahistórica e fetichizada, que deriva do conceito de falsa consciência, segundo a qual os indivíduos são totalmente manipulados e facilmente ludibriados pelas ideologias e pelos espetáculos esportivos: a dialética aqui é aberta, e não unívoca.

Perdas de conquistas históricas, de direitos trabalhistas básicos, frutos de intensas lutas dos trabalhadores, são convertidas em conquistas de um tipo de atividade (supostamente, é claro) verdadeiramente “solidária” e “filantrópica”, como é o caso do programa de trabalho voluntário implementado por ocasião dos Jogos Pan-Americanos Rio 2007. Desse modo, o Comitê Olímpico Brasileiro e o Comitê Organizador Rio 2007 acabam transformando a coerção e a superexploração existentes no trabalho voluntário em um grande “legado social”, em práticas de “liberdade”, de “amor ao esporte”, de “solidariedade”, de “caridade”, de “filantropia”, de “crescimento profissional”, em “criação de novos postos de trabalho” (e a oferta é na realidade efetiva uma retirada de direitos), bem como em espírito de “doação”.

A “servidão voluntária” produz efeitos úteis no sentido de exonerar o Estado, assim como de desresponsabilizar o capital, de gastos considerados “supérfluos”

com força de trabalho. Como modalidade extremamente precarizada de trabalho e de superexploração, em que não há caracterização de qualquer vínculo empregatício, o trabalho voluntário é um instrumento de apropriação privada de uma parcela de toda a riqueza criada pelo trabalho humano. Como não existe pagamento de salários (e o ideal olímpico de conservação da dignidade humana é então pulverizado), a cultura do voluntariado é um mecanismo utilizado pela classe dominante para se apoderar de um *quantum* de valor produzido pela força de trabalho. Finalmente, o véu do olimpismo é retirado, revelando uma de suas facetas reais, que é a de instrumento de dominação de classe.

O voluntário, acorrentado aos aros olímpicos no alto do Engenhão, tem seu fígado devorado todos os dias por Cauê, mascote do Pan Rio 2007; durante a noite, o órgão regenera-se para, no dia seguinte, a tortura repetir-se. E o martírio alonga-se, sucessivamente, por todos os dias, durante a realização dos Jogos na cidade do Rio de Janeiro, em 2007.

## Bibliografia

BRACHT, V. (2005). *Sociologia crítica do esporte: uma introdução*. Ijuí: Ed. Unijuí.

CHARTIER, R. (1990). *A história cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: Difel.

COMITÊ OLÍMPICO BRASILEIRO. Relatório Oficial dos XV Jogos Pan-americanos e III Jogos Parapan-americanos Rio 2007. Disponível em: <[http://www.cob.org.br/sobre\\_cob/documentos\\_rio2007.asp](http://www.cob.org.br/sobre_cob/documentos_rio2007.asp)>. Acesso em: 25 mar. 2011. 2 v.

\_\_\_\_\_ (2010). *Olimpismo: sua origem e ideais*. Disponível em: <[http://www.cob.org.br/movimento\\_olimpico/docs/cartilha\\_olimpismo.pdf](http://www.cob.org.br/movimento_olimpico/docs/cartilha_olimpismo.pdf)>. Acesso em: 10 ago. 2011.

COMITÊ OLÍMPICO INTERNACIONAL. Olympic Charter (2011). Disponível em: [http://www.olympic.org/Documents/olympic\\_charter\\_en.pdf](http://www.olympic.org/Documents/olympic_charter_en.pdf)>. Acesso em: 05 jul. 2011.

COUTINHO, C. N. (2007). *Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político*. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

GRAMSCI, A. (2006a). *Cadernos do cárcere*. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. v. 1.

\_\_\_\_\_ (2006b). *Cadernos do cárcere*. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. v. 2.

- \_\_\_\_\_ (2007). *Cadernos do cárcere*. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. v. 3.
- \_\_\_\_\_ (2001). *Cadernos do cárcere*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. v. 4.
- \_\_\_\_\_ (2005). *Cartas do cárcere*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2 v.
- LÖWY, M. (2009). *As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Münchhausen: marxismo e positivismo na sociologia do conhecimento*. 9. ed. São Paulo: Cortez.
- \_\_\_\_\_ (2006). *Ideologias e ciência social: elementos para uma análise marxista*. São Paulo: Cortez.
- MANUAL de treinamento. Disponível em: <[http://www.cbr-remo.com.br/manual\\_geral\\_de\\_treinamento.pdf](http://www.cbr-remo.com.br/manual_geral_de_treinamento.pdf)>. Acesso em: 25 fev. 2011.
- MARX, K. (2007). *A ideologia alemã: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas (1845-1846)*. São Paulo: Boitempo.
- \_\_\_\_\_ (2006). *O capital: crítica da economia política: livro I*. 23. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2 v.
- \_\_\_\_\_ (2011b). *O 18 de brumário de Luís Bonaparte*. São Paulo: Boitempo.
- \_\_\_\_\_ (1980). *Teorias da mais-valia: história crítica do pensamento econômico (Livro 4 de O capital)*. São Paulo: Civilização Brasileira. 3 v.
- MÉSZÁROS, I. (2008). *Filosofia, ideologia e ciência social*. São Paulo: Boitempo.
- \_\_\_\_\_ (2004). *O poder da ideologia*. São Paulo: Boitempo.
- \_\_\_\_\_ (2002). *Para além do capital: rumo a uma teoria da transição*. Campinas: Ed. da UNICAMP; São Paulo: Boitempo.
- RUBIN, I. (1980). *A teoria marxista do valor*. São Paulo: Brasiliense.
- TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO. (2007). Relatório de acompanhamento das ações e obras relacionadas aos Jogos Pan e Parapan Americanos de 2007. Disponível em:<[www.tcu.gov.br](http://www.tcu.gov.br)>. Acesso em: 20 jul. 2009.
- \_\_\_\_\_ (2009). Ata n. 22, de 9 de Junho de 2009. Disponível em:<[www.tcu.gov.br](http://www.tcu.gov.br)>. Acesso em: 25 jul. 2010.